

RESENHAS

Cantos e Toques. *Etnografias do espaço negro na Bahia*. Salvador, Fator Editora, Caderno CRH/UFBA, 1991.

"Cantos e Toques" é um bom começo para os interessados na geopolítica soteropolitana. Reúne cinco textos-sínteses de trabalhos acadêmicos de recente safra, além de uma introdução do editor Michel Agier, professor visitante na universidade baiana.

Os textos formam um conjunto homogêneo e estão editados de tal ordem que possibilitam ao leitor uma trilha linear para sua caminhada. Ana de Lourdes Ribeiro da Costa escreve "Espaços negros, 'cantos' e 'lojas' em Salvador no século XIX", seguindo-se "Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor", de Marcos L. L. Messeder e Marco Antonio M. Martins.

Depois vem o trabalho de Antônio Jorge V. S. Godi, "De índio a negro, ou o reverso"; a seguir, "Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade", autoria de Anamaria Morales, e, fechando o suplemento, Cloves Luiz P. Oliveira apresenta seu trabalho intitulado "O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador em 1988".

Michel Agier, na sua introdução ao suplemento, informa que os textos ali reunidos foram discutidos num seminário anterior promovido pelo Centro de Recursos Humanos da UFBA, com participação do Programa de Estudos do Negro na Bahia, durante o ano de 1990.

Após fazer um breve histórico das especificidades dos diferentes grupos étnicos de negros trazidos à Bahia no período escravista – e de como tiveram de "negociar sua sobrevivência e seus espaços de liberdade" –, Agier reconhece a capacidade de resistências cultural e política desses negros, ainda que num ambiente adverso.

"Como se explica a capacidade mobilizadora das várias instituições explicitamente 'negras' ou 'afro'?", indaga o editor, ainda querendo saber qual a base dos apelos políticos mais recentes ao voto "étnico".

A chave de tais questões, no entendimento de Agier, estaria na hipótese de que "a negritude hoje ocupa um espaço próprio na sociedade baiana". E a compreensão dessa realidade implica o conhecimento dos campos teóricos do racismo, da cultura, da política e do status social.

A partir de um quadro referencial teórico que sociologicamente é paradigmático por Max Weber, em seu texto introdutório Michel Agier procura dar conta das discussões acerca da etnicidade, do racismo e das classificações étnico-raciais no conjunto das classificações sociais e políticas.

O texto de Agier, verifica-se após a leitura dos demais, serve como aporte fundamental às discussões propiciadas pelos outros autores contidos no suplemento. É que estes estão incumbidos em relatar o resultado de suas pesquisas empíricas, por vezes se descuidando no aspecto da teoria que fundamenta o seu projeto, ou no mínimo não aprofundando esse tipo de questão.

Isto, entretanto, de forma alguma retira o mérito de cada um dos cinco pesquisadores – que no tocante ao que se propõem revelar cumprem em plenitude sua tarefa. Pode-se, e deve-se, discordar dessa ou daquela observação analítica que algumas vezes os pesquisadores cometem. No todo, o conjunto das pesquisas ajuda a compreender como "funciona" o conflito raça/cultura/sociedade não propriamente na Bahia, como pretende o título geral do suplemento, mas em algumas de suas regiões principais, particularmente Salvador.

O objetivo fundamental da publicação é apresentar exatamente o espaço físico de atuação do negro, prioritariamente como produtor de cultura. Do painel resulta uma visão de enfoque preponderantemente culturalista. Os autores pouco se aprofundam numa análise global da problemática racial na Bahia, restringindo seu "corpus" de pesquisa quase que apenas ao campo das manifestações de cultura.

Talvez aqui resida o único senão a todo o suplemento: parece que o negro na Bahia tem sido visto como um herói cuja única causa é resistir ao colonialismo cultural. Este viés da abordagem acadêmica sobre a negritude baiana, que tende a aplaudir de forma incontestada tudo o que no negro é alegórico, a sua dança, o seu canto e sua religião, subestima os interesses oligárquicos econômicos, acentuadamente os de caráter ruralista, que fora dos limites de Salvador – e influenciando a vida da metrópole – são de fato os que contam na luta pelo espaço político em todo o Nordeste brasileiro.

Concordamos com Jorge H. Pádua, professor de História numa universidade baiana, que, em recente artigo publicado num dos jornais de grande circulação da capital, chamou atenção para o reverso do clima de oba-oba que essa idéia culturalista proporciona. Ao superestimar a "conquista" de espaços culturais na Bahia, o negro como que parece disposto a acomodar-se nesse pretensioso status. Como mostra um suplemento especial do "Jornal do Campus" da USP (2/4/92), de título "Bahia: palco negrume", todo negro em Salvador é um cantor/compositor em potencial, todo mundo se julga na capacidade de ser artista. Mas para si mesmo, porque nem mercado a Bahia tem para suportar tanta gente que quer viver de "fazer" cultura.

Com isto, questões de relevância igual à cultura são menosprezadas. Como a esmagadora maioria dos pretensos compositores/atores/cantores não chegará a se transformar de fato no que desejaria – porque os próprios esquemas de mídia se incumbirão de selecionar o que lhes interessa, quiçá aspectos ligados à própria qualidade do que se produz –, o negro baiano sobrevive no vácuo de sua própria idolatria. E o suplemento do Caderno CRH em questão demonstra isto. Não tanto pelo que explicita, mas pelo que deixou de dizer.

Em auxílio dos autores pode-se afirmar que não era esta a preocupação de suas pesquisas, mas cabe ao leitor crítico o papel de exigir uma complementação dos resultados expostos pelos cinco pesquisadores naquele suplemento. Com a certeza, inclusive, de que o corpo de cientistas sociais do CRH/UFBA tem plena capacidade de preencher as lacunas suscitadas com o debate aberto com aquela publicação.

Falamos, no início, da ordem de edição dos textos, que possibilita ao leitor uma caminhada cronológica dos acontecimentos que resultaram na formação de espaços identificados como "da negritude" na Bahia, a partir do século XIX.

Com efeito, Ana de Lourdes Ribeiro da Costa abre a publicação traçando um perfil geopolítico de Salvador nas últimas décadas da escravidão. A sua preocupação é fazer um mapeamento dos "espaços negros". Concentra o seu trabalho na definição dos locais aonde os negros exerciam atividades mercantis (chamados de "cantos") e moravam (chamados de "lojas").

A pesquisadora apresenta o quadro classificatório do negro durante aquele período, distinguindo-o enquanto escravo de ganho, escravo de aluguel ou alforriado. Ela está interessada em mostrar que esses negros escravos se agrupavam em "cantos" à cata de trabalho, e nas "lojas" para morar. E que "cantos" e "lojas" seriam além de tudo espaços criados como forma de sobrevivência de um povo – o que chegou a resultar em repressão por parte do estabelecimento vigente à época.

Ana Ribeiro da Costa lista dezoito "cantos", chegando a atribuir a eles status semelhante ao significado pelos terreiros de candomblé na Bahia. Diz ela: "O ajuntamento dos negros nos cantos permitiu preservar tradições culturais africanas, como também criar instrumentos de solidariedade grupal, como as 'juntas de alforria'".

Em "Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor", Marcos L. Messeder e Marco A. Martins demonstram interesse em prosseguir um campo de pesquisa que andou fazendo escola nas últimas décadas, qual seja o de trabalhar com populações negras em áreas rurais. Por esse campo, muitas dessas populações seriam remanescentes de antigos quilombos – e é num projeto promovido por órgãos da administração governamental do estado da Bahia que esses dois sociólogos se encaixam no estudo de três comunidades do município de Rio de Contas, sudoeste baiano.

Depois de historiar a formação do município e seus arredores, e informar como os primeiros negros ali chegaram durante o glorioso período de exploração de minérios no século XVIII, os autores concluem seu trabalho com um capítulo sobre "comunidade, alteridade e racismo".

Eles afirmam que as informações disponíveis sobre os agrupamentos negros de Rio de Contas "remetem a uma unidade histórica específica, constituída, porém, não pelo auto-isolamento, mas pelo isolamento resultante de um tipo de racismo que se afasta da imagem tradicional, elaborada para dar conta do racismo 'à brasileira' e 'cordial', constituída a partir das teorias de (Gilberto) Freyre".

Prosseguem os dois sociólogos em afirmações categóricas a que chegaram em 1988, após aplicação de questionário e entrevistas in loco: "As relações sociais em Rio de Contas configuram um quadro que atualiza a temática do racismo, um racismo histórico, fundado sob a égide de uma estratificação impermeável e de estereótipos culturais, cuja significação remonta a supostas diferenças biológicas, definindo atributos e circunscrevendo unidades sociais particulares".

Os dois trabalhos que se seguem, "De índio a negro, ou o reverso" (Antônio Godi) e "Blocos negros em Salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade" (Anamaria Morales), são uma espécie de exaltação à "africanização" do carnaval de Salvador. Godi, em reabordagem do tema já visto por outros autores, conta o processo que levou à ascensão e queda dos chamados blocos de índios que desfilam no carnaval baiano. Eles foram uma espécie de precursores, de meados dos anos 60 a meados dos anos 70, dos atuais blocos "afros" que tanto sucesso fazem – e que são o tema da pesquisa que segue a de Godi.

"A temática indígena desde muito tempo esteve presente nos folguedos dos negros brasileiros, incorporando até mesmo as manifestações coloniais dos Reis Congos", escreve Godi, citando Francisco Calmon *in* "Relação das faustíssimas festas" (1982). A ascensão dos blocos de índios teria relação direta com a decadência das escolas de samba no carnaval baiano.

Formados preponderantemente por foliões oriundos da imensa camada negra da população de Salvador, tais blocos acabaram se constituindo na maior "ameaça" aos blocos de trios-elétricos (compostos e dirigidos majoritariamente pela classe média). Eram tidos como arruaceiros e, em meados de 70, sofreram forte campanha repressiva, passando a partir de 1977 a amargar o esvaziamento. Para não acabar de todo, confessam a Godi alguns dos diretores dessas agremiações, os que sobreviveram buscaram se aliar a políticos governistas.

Godi dedica a parte final do seu texto à valorização das composições e dos compositores dos blocos de índios. Segundo ele, essa música ali criada era a mais significativa e sua mensagem "demonstra, ainda que subliminarmente, a profundidade e a complexidade do tecido sócio-ético em Salvador".

Anamaria Morales, em "Blocos negros em Salvador...", tem como objeto de estudo o famoso afoxé Filhos de Gandhi e o bloco afro Ilê Aiyê. Ela faz uma comparação do histórico das duas agremiações, atribuindo à primeira a "qualidade" de se revelar "um bem-sucedido fenômeno de cooptação de um bem cultural popular, guardando porém uma face contraditória". Ilê Aiyê é visto como representante de "uma nova consciência social que vai se forjando no seio da jovem geração de negros, que buscam romper por outros meios a rigidez da estratificação social".

Enxergando similaridade na estratégia dos Filhos de Gandhi com a Frente Negra Brasileira, cujos discursos se baseavam na ética da ascensão através do trabalho e da educação, Anamaria Morales acredita que o Ilê Aiyê está afinado com o discurso racial negro veiculado na década de 70 pela militância que se organizava em Salvador – de cunho esquerdista.

"Não obstante o antagonismo entre estas táticas", diz a autora, "a estratégia de atuação social empregada pelas lideranças de um e de outro (bloco) se revela a mesma. Trata-se, em ambos os casos, de compor uma identidade étnica diferenciada para a coletividade negra de Salvador, que possa servir na negociação com órgãos públicos administradores da cultura e do turismo, assim como no âmbito da indústria cultural, garantindo para esses grupos sua parcela de retorno na rentabilização da baianidade que eles expressam." É a conclusão, questionável, a que chega Anamaria Morales.

O texto sobre "O negro e o poder", de Cloves Oliveira, que fecha o suplemento do CRH, é resultante de um projeto de pesquisa que visa "traçar o perfil dos negros que disputaram cargos de vereador" em Salvador, nas eleições de 1988, ano do centenário da Lei Áurea.

Ele é mais quantitativo que interpretativo. Apresenta tabelas classificatórias das condições econômicas, escolares, profissionais de um total de 168 candidatos negros de vários partidos. Tais candidatos, por essa pesquisa, de certa forma podem ser definidos como parte da "elite" negra, na medida em que todos declaram auferir renda mensal acima de três salários mínimos, a maioria ganhava de seis a quinze mínimos e três ganhavam de 21 mínimos a mais. Dezoito candidatos declararam ter cursado universitário completo.

A pesquisa de Cloves Oliveira não conseguiu cobrir todo o universo de negros que disputaram a eleição naquele ano, mas apenas quarenta candidatos que se dispuseram ou foram encontrados pelo pesquisador.

As conclusões a que chega são bastante otimistas. Os candidatos – praticamente todos derrotados eleitoralmente – são vistos como "novos atores sociais", numa alusão a conhecido trabalho de Eder Sader sobre as lutas do ABC paulista em fins da década de 70.

Tais candidatos, na expressão de Cloves Oliveira, não eram políticos tradicionais – daí, em nossa conclusão da análise do pesquisador, terem se dado mal. "Esses políticos buscavam agenciar no seu relacionamento com os eleitores (...) variados sistemas de alianças e mecanismos de solidariedade bem personalizados, tais como: o compadrio, as amizades, a identidade de pertencimento a uma mesma comunidade, localidade ou grupo, onde a população vive problemas comuns."

Conclusões desse gênero e outras como: "Indiretamente, a emergência dos candidatos surge como algo que redimensiona a noção de político e da política na subjetividade político-social de determinados segmentos da população de Salvador. Não poderia se falar de um 'novo' estilo de político e de fazer política? Nem partidários, nem propriamente ou exclusivamente clientelistas, seriam políticos 'comunitários'", como dizíamos, conclusões desse gênero nos parecem demasiado românticas. Além de literariamente mal formuladas.

Cloves Oliveira é feliz na parte de qualificação dos dados, mas sua interpretação dos resultados eleitorais desfavoráveis aos candidatos negros (parece que apenas dois, sendo um deles Gilberto Gil, foram eleitos) é no mínimo paternalista. Em nenhum momento se questiona por que os negros se dividem tanto (e continuam se dividindo) na hora da disputa, já que se reconhece que eles não dispõem de grandes recursos econômicos para desenvolver suas campanhas – e muitos são totalmente inexperientes em disputas eleitorais.

Enfim, "Cantos e Toques" tem a vantagem de permitir uma visão geral da negritude em Salvador, se não se exige muito da mistificação da cultura negra. Em certo sentido, é um trabalho feito por positivistas. Não há nenhum demérito nisso, mas...

Fernando Costa Conceição
(Graduando do Departamento de Ciências Sociais – USP)

* * *

Luiz Gonzaga Piratininga Júnior. *Dietário dos negros de São Bento*.
Prefácio: José de Souza Martins. Editora Hucitec e Prefeitura de
São Caetano do Sul, 1991.

O autor inicia o livro com um ditado da cultura lorubá: "Tudo que tem solução, tem rosto". A partir desse pressuposto o livro construirá, de uma maneira interdisciplinar, utilizando-se da História das Mentalidades, da Antropologia Social e da Sociologia, o rosto de uma determinada comunidade negra que no século XVII habitava uma das fazendas do Mosteiro de São Bento.